

# PARA QUE SERVE A VERDADE?

**César Fernando Meurer**

cfmeurer@yahoo.com.br

Licenciado em Filosofia pela Unilasalle e Mestre em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ

---

Em novembro de 2002, por iniciativa do *Collège de Philosophie*, Engel e Rorty protagonizaram, na Sorbonne, um animado debate, confirmando assim que a questão da verdade mantém-se viva e central nas discussões filosóficas contemporâneas. É a verdade uma norma do pensamento? É um fim último da investigação, tanto na ciência como na vida cotidiana? Ou, diversamente, uma noção que nada tem de profundo e enigmático a ser examinado por uma pesquisa filosófica? Afinal, o que é a verdade? Que valor pode-se reconhecer nela ou atribuir-lhe?

[i]

Pascal Engel (1954-...), que foi aluno de Foucault no *Collège de France*, na década de 1970, e ensinava filosofia da lógica, da linguagem e do conhecimento na *Université Paris IV-Sorbonne* à época desse debate, constata, inicialmente, um aparente antagonismo acerca da verdade: por um lado, uma incomparável desconfiança diante da racionalidade, do progresso científico e da objetividade; por outro, uma grande sede de verdades com valor instrumental. “É verdadeiramente coerente dizer que não queremos a Verdade, mas que estamos prontos a aceitar que existam teorias, enunciados e crenças verdadeiras?” (p. 13). Argumenta Engel que a questão não é bem tratada quando a argumentação simplesmente opõe os que crêem que a verdade é uma palavra vazia (“verífobos”) aos que defendem a verdade como ideal. Tal oposição tem resultado previsível: cada parte agarra-se à sua posição de modo semelhante. “Os que atacam a verdade e a razão porque são valores opressivos acabam por ser tão puritanos quanto aqueles a quem se opõem” (p. 14).

Engel apresenta justificativas para sustentar que Rorty não é um típico relativista pós-modernista, ainda que muitas vezes assuma “a feição do filósofo oficial da verifobia” (p. 15):

- 1º – Rorty fez carreira na filosofia analítica e, mesmo depois de afastar-se dela, manteve-se no debate de suas teses com perfeito conhecimento de causa;
- 2º – Ao contrário dos relativistas pós-modernistas, Rorty procura mostrar por meio de argumentos, em geral descendentes do núcleo filosófico do pragmatismo de James e Dewey, que a verdade não tem a importância que lhe é atribuída. A argumentação de Rorty “repousa no que se pode chamar de uma teoria deflacionista ou minimalista da verdade” (p. 20). Sustenta o pragmatista que não há nada na palavra “verdadeiro” além da possibilidade de (a) um uso aprobatório ou performativo, (b) um uso que exprime a circunspeção e (c) um uso descitacional.

Por ecoarem ceticismo e niilismo, as teses de Rorty sobre a verdade foram freqüentemente consideradas relativistas, o que leva Engel a enumerar suas concordâncias e discordâncias para com elas. Contudo, se as redescrições terapêuticas são mais interessantes que a análise do pró e do contra de uma tese, então “minha questão principal será: isso é possível a respeito da verdade? Dito de outra maneira, nossa prática ordinária com o vocabulário da verdade pode realmente ser redescrita de maneira que desembarace essa noção de suas implicações objetivistas?” (p. 27).

Pensa Engel que o deflacionismo de Rorty esquece que a palavra “verdadeiro” exprime uma norma da asserção e da crença. “Isso não significa que a noção de verdade seja normativa em si mesma [...] O que é normativo é o elo que a verdade mantém com a crença e a asserção” (p. 31). Tal elemento normativo – por vezes identificado não simplesmente como crença correta, mas como conhecimento – “é igualmente uma norma de objetividade de nossos enunciados ou de nossas crenças” (p. 32), pois constitui objeção para qualquer crença dizer que é falsa e normal. Ao contrário, é regra procurar revisá-la tendo por base “a possibilidade de um contraste entre nossas justificações e (aquilo que não vejo inconveniente em chamar de) a ‘realidade objetiva’” (p. 37).

A norma da verdade pretendida por Engel é mais conceitual que propriamente ética ou epistêmica. Avalia o pesquisador que Rorty precipita-se contra um argumento transcendental que vê ligação necessária entre “esse papel normativo ou conceitual” e a verdade como “uma norma no sentido mais ‘profundo’ de fim da investigação, de norma moral, ou de Valor Supremo” (p. 41). Consentir que a verdade é uma norma da asserção e da crença não equivale, para Engel, a qualquer forma de moralismo. Para cessar essa confusão, um tanto comum entre os “verífobos”,

é preciso separar claramente a tese *conceitual* segundo a qual a verdade é uma norma constitutiva no interior do triângulo asserção-crença-verdade, da tese *ética* segundo a qual ela seria um valor intrínseco, a ser respeitado e procurado em todas as circunstâncias, assim como da tese *epistemológica* segundo a qual ela é o fim da investigação, o valor epistêmico supremo. Pode-se perfeitamente admitir a primeira tese sem admitir as duas outras. Entretanto, deveria ser igualmente claro que há, sim, um elo entre a norma da verdade e a questão de nossas atitudes, éticas ou outras, quanto à verdade. (p. 43)

A partir de tal distinção pode-se, segundo Engel, analisar as “virtudes da verdade”: a sinceridade, a exatidão, as práticas que as apóiam ou condenam, o segredo, a mentira, etc. Compreendida a ligação conceitual asserção-verdade-crença, pode-se finalmente “admitir que a verdade seja também um valor e que há certas virtudes da verdade” (p. 44), o que é dissonante do pragmatismo rortiano, segundo o qual (a) a utilidade é um critério geral mais importante que a verdade para o valor de uma concepção e (b) são contingentes, senão inexistentes, as ligações entre o papel conceitual da verdade e as virtudes da verdade acima citadas. A partir dessa avaliação, pondera Engel que a estratégia redescritiva de Rorty – supostamente libertadora do obsessivo desejo de verdade com vistas a outros fins tais como a democracia, a conversação, a solidariedade, etc. – faz desaparecer os valores e as virtudes da verdade. “Se nos ativermos à solidariedade, de que modo isso será possível sem engajamentos individuais e coletivos como a confiança ou a sinceridade que parecem evidentemente pressupor a noção de verdade?” (p. 49).

Engel conclui sua intervenção retomando o antagonismo inicial, do motivo de os cidadãos desejarem a confiança e a sinceridade ao mesmo tempo que desprezam os apelos do Verdadeiro

em suas formas sublimes e ideais: trata-se, a seu ver, de evitar que o Verdadeiro com V maiúsculo seja um modo cômodo de ignorar a necessidade do verdadeiro com v minúsculo.

[ii]

Richard Rorty (1931-2007), aluno de Carnap e Weiss que costumava apresentar-se como pragmatista discípulo de Dewey em debates sobre questões cruciais como o relativismo e o representacionismo, inicia sua intervenção considerando que a filosofia analítica dos últimos decênios, à parte do trabalho de alguns gênios, está “em pane seca”, “bastante rebarbativa e vã” (p. 51).

Rorty descreve seu pragmatismo endossando uma citação de Blackburn, que o caracteriza “pela recusa das diferenças, a celebração desse tecido sem costura que é a linguagem, a dissolução das distinções, já que estas opõem as qualidades primárias às qualidades secundárias, os fatos aos valores” (p. 53). Consente o pensador que essa visão da linguagem leva ao minimalismo, ao deflacionismo e ao quietismo, mas não implica a afirmação de que um outro discurso, debate ou teoria seja vazio de sentido. Mais que o sentido, importa, para o pragmatista, “se a resolução desse debate terá um efeito na prática” (p. 54), pois se não tiver “incidência *prática*, então ele também não deve ter incidência *filosófica*” (p. 55). Com essa demarcação, a objeção pragmatista acerca do debate “realismo *versus* anti-realismo” é, simplesmente, dizer que sua resolução não terá incidência prática e, nessa medida, está exposta ao risco de decadência escolástica.

Para Rorty, o que os assim chamados filósofos pós-modernos têm em comum é a recusa de pensar que uma parte da cultura está em contato mais estreito com o mundo que qualquer outro discurso. O discurso filosófico não tem a faculdade privilegiada de representar o mundo – no sentido de um conhecimento objetivo de acordo com o qual certas proposições são validadas pelo mundo – de modo a poder reivindicar primazia em outros domínios.

Que lucro poderíamos obter de uma descrição de uma parte da cultura que não se desdobra somente em termos sociológicos, no que se refere à sua utilização social ou no que concerne ao grau de consenso nessa parte da cultura, mas que integra a questão de sua relação com a realidade? Segundo os filósofos ditos “pós-modernos” e os pragmatistas aos quais me associo, podem-se considerar desprezíveis as questões tradicionais da metafísica e da epistemologia, pois elas não têm nenhuma utilidade social. (p. 58)

Desse modo, Rorty renuncia a posições objetivistas que discriminam discursos pelo seu pretenso grau de correspondência com a realidade. Ao perguntar pelo grau de utilidade social de um argumento o pragmatista espera pôr fim (a) “a alguns debates puramente escolásticos e particularmente aborrecidos” e (b) à inclinação “a pensar que temos responsabilidades em relação entidades outras que humanas – entidades que chamaríamos de ‘verdade’ ou ‘realidade’” (p. 61). Em geral, a filosofia profissional reserva a essas entidades uma obrigação antes devotada a Deus. “Temos responsabilidade apenas perante os seres humanos, e não diante da ‘realidade’” (p. 62) e em nome dessa responsabilidade vale a pena inculcar virtudes como veracidade, sinceridade, exatidão e confiança. Rorty vê tais virtudes “com base na noção de ‘justificação’, mais do que na de ‘verdade’” (p. 64).

Acerca de a verdade ser um conceito normativo, Rorty coteja: (a) "Se, quando se diz que 'verdadeiro' é normativo, isso significa que se diz em geral coisas como 'Tentem ter somente crenças verdadeiras', então a afirmação não propõe nenhum problema" (p. 65) e (b) "Se isso significa que a verdade é um bem intrínseco, tem um valor intrínseco, então não tenho a menor idéia da maneira de determinar quais são os bens intrínsecos e quais são os bens instrumentais e também não vejo por que deveríamos formular tal questão" (p. 66).

O pragmatismo não se interessa pela distinção entre justificação e verdade por considerá-la sem conseqüências práticas. Respalado por James, Rorty argumenta que não há como estabelecer a verdade de uma crença a não ser por referência aos elementos de justificação que acionamos quando tentamos vencer as objeções de outras pessoas. Para o pragmatista, o conceito de verdade não é idêntico ao conceito de justificação, mas tal diferença "não é razão suficiente para julgar que seja interessante discutir a questão" (p. 67).

[iii]

As últimas páginas do volume registram uma breve discussão entre Engel e Rorty. De modo sucinto e claro, as questões desenvolvidas por Engel apresentam os principais pontos levantados nos últimos anos pelos críticos de Rorty, no que se refere à questão da verdade. Propiciam, assim, que Rorty sumarize o que o estudioso de sua obra encontra extensamente desenvolvido em seus escritos, especialmente *Conseqüências do Pragmatismo* (Capítulo 09), *Objetivismo, Relativismo e Verdade* (Parte 1) e *Verdade e Progresso* (Parte 1).

## Referência

ENGEL, Pascal; RORTY, Richard. 2008. *Para que serve a verdade?* Tradução de Antonio Carlos Olivieri. São Paulo: Editora Unesp, 85 p.